Desconsideração da personalidade jurídica: a complexidade do ônus probatório do benefício previsto no art. 50 do Código Civil

Disregard doctrine: the complexity of the burden of proof of the benefit provided in article 50 of the Brazilian Civil Code

Fabio Garcia Leal Ferraz

Doutor em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP). Mestre em Direito Empresarial pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP). Advogado.
fabio@bernardiniadvogados.com.br

Kelly Cristina Canela

Professora da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP). Doutora em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP). Mestra em Direito pela Università degli Studi di Roma Tor Vergata.
kellyccanela@gmail.com

Recebido em: 30.04.2023
Aprovado em: 03.12.2024

Área do Direito: Civil

Resumo: A Lei da Liberdade Econômica trouxe o requisito do benefício ao art. 50 do Código Civil, a ser demonstrado nos casos de desconsideração da personalidade jurídica, mas deixou uma lacuna quanto ao ônus da prova da existência do benefício. Assim, esta pesquisa, que objetiva estudar esse ponto, utilizou o método dedutivo bibliográfico, explorando o texto legal, além de posições doutrinárias e jurisprudenciais. Os resultados indicam que ainda há um desafio ao aplicador do direito quanto à distribuição do ônus da prova do benefício, concluindo que houve avanços ao instituto da desconsideração com a vinda da Lei da Liberdade Econômica, mas ainda é preciso aprimorar a compreensão desse tema para contribuir para o avanço da doutrina e jurisprudência.

Abstract: The Brazilian Economic Freedom Act introduced the requirement of benefit to Article 50 of the Brazilian Civil Code, to be demonstrated in cases of disregard doctrine, but left a gap regarding the burden of proof of the existence of the benefit. Therefore, this research, aimed at studying this point, used the deductive bibliographic method, exploring the legal text, as well as doctrinal and case law positions. The results indicate that there is still a challenge for the law applier regarding the distribution of the burden of proof of the benefit, concluding that there have been advances to the disregard doctrine with the coming of the Economic Freedom Law, but it is still necessary to improve the understanding of this theme to contribute to the advancement of legal theory and case law.

Como citar este artigo | *How to cite this article*: FERRAZ, Fabio Garcia Leal; CANELA, Kelly Cristina. Desconsideração da personalidade jurídica: a complexidade do ônus probatório do benefício previsto no art. 50 do Código Civil. *Revista de Direito Civil Contemporâneo – RDCC*, São Paulo: Ed. RT, vol. 48, ano 13. p. 35-51, jul./set. 2026.

Palavras-chave: Lei da Liberdade Econômica; Requisito do benefício; Art. 50 do Código Civil; Desconsideração da personalidade jurídica; Ônus da prova.

Keywords: Brazilian Economic Freedom Act; Benefit requirement; Article 50 of the Brazilian Civil Code; Disregard doctrine; Burden of proof.

Sumário: Introdução. 1. Desconsideração da personalidade jurídica. 2. Lei da Liberdade Econômica e sua contribuição com o instituto da desconsideração. 3. O requisito do benefício descrito no art. 50 do Código Civil. 4. O ônus da prova do benefício descrito no art. 50 do Código Civil. Conclusão. Referências bibliográficas.

Introdução

A desconsideração da personalidade jurídica é um tema recorrente no âmbito jurídico empresarial, especialmente quando se trata de questões relacionadas à responsabilidade das empresas e de seus sócios. Diante disso, a Lei da Liberdade Econômica (Lei nº 13.874/2019), promulgada em 2019, trouxe importantes mudanças em relação a esse assunto, com destaque para o art. 50 do Código Civil.

O referido dispositivo estabelece que, em determinadas situações de abuso da personalidade jurídica deflagrada, os sócios de uma empresa podem ser responsabilizados pelas dívidas da sociedade, desde que seja comprovada a existência de um benefício auferido pelos sócios em detrimento dos credores.

Assim, o objetivo deste artigo é analisar o ônus da prova da existência do benefício descrito no art. 50 do Código Civil. Nesse sentido, o trabalho seguirá a seguinte estrutura: introdução, onde se apresenta a problemática a ser abordada; na segunda parte, será feita uma pequena explanação sobre a desconsideração da personalidade jurídica; na terceira parte, será abordada a Lei da Liberdade Econômica e o art. 50 do Código Civil; na quarta parte, será analisado o requisito do benefício direto e indireto; e na quinta e última parte, será discutido o ônus da prova do benefício previsto no art. 50 do Código Civil, sendo seguido das considerações finais do trabalho.

Para alcançar tal objetivo, será utilizado o método dedutivo bibliográfico, a fim de embasar a discussão teórica de forma dedutiva e sistemática. Por meio de uma análise crítica da doutrina, a discussão teórica será demonstrada, também, na prática jurisprudencial, permitindo uma compreensão aprofundada do tema. Por fim, serão apresentadas as conclusões e referências bibliográficas utilizadas para a elaboração deste artigo. Espera-se, ao final deste estudo, fornecer uma análise jurídica satisfatória sobre o ônus da prova da existência do benefício descrito no art. 50 do Código Civil, bem como contribuir para o aprimoramento da compreensão desse tema tão relevante no âmbito do Direito Empresarial.

Como citar este artigo | *How to cite this article*: FERRAZ, Fabio Garcia Leal; CANELA, Kelly Cristina. Desconsideração da personalidade jurídica: a complexidade do ônus probatório do benefício previsto no art. 50 do Código Civil. *Revista de Direito Civil Contemporâneo – RDCC*, São Paulo: Ed. RT, vol. 48, ano 13. p. 35-51, jul./set. 2026.

alguns doutrinadores, como os citados neste trabalho, que entendem que a responsabilidade deveria ser estendida, também, a todos os infratores envolvidos, independentemente de constatação de benefício.

De todo modo, a Lei nº 13.874/2019 buscou avançar na configuração da *disregard doctrine* no país e almejou que o instituto fosse aplicado de forma mais comedida e justa, visando conceder ao empresariado nacional maior tranquilidade quanto a esse tema, mas trouxe, ainda, uma outra problemática a ser estudada: a do ônus da prova do benefício, principal questão desbravada neste trabalho. Assim sendo, foi possível concluir que, como o ônus da prova do benefício mencionado no art. 50 do Código Civil não foi explorado pelo legislador, remete-se à regra geral do artigo 373, que dispõe que o ônus da prova é do autor quanto ao fato constitutivo de seu direito, podendo haver relativização parcial e justificada em alguns casos, como o da prova negativa, além da especial atenção ao artigo 134, § 4º, do mesmo *codex*, que ressalta a necessidade de demonstração dos requisitos exigidos no art. 50 do Código Civil.

Diante da reforma promovida pela Lei da Liberdade Econômica no Código Civil, fica evidente a intenção de estabelecer um critério mais justo e equilibrado para a aplicação da teoria da desconsideração da personalidade jurídica, limitando a responsabilidade dos administradores ou sócios da pessoa jurídica aos que se beneficiaram direta ou indiretamente do abuso. Foi possível concluir que o ônus da prova da existência do benefício é do credor suscitante da aplicação do instituto da desconsideração, no entanto, a ausência de definição clara sobre o ônus da prova do benefício gerou divergências doutrinárias, sendo necessário continuar os debates acadêmicos sobre o tema. De todo modo, a nova redação do art. 50 do Código Civil representa um avanço no sentido de proporcionar mais segurança jurídica aos empresários e evitar maiores abusos na aplicação da *disregard doctrine*.

Referências bibliográficas

BARATA, Rodrigo Rentzsch Sarmento. *Alcance subjetivo da desconsideração da personalidade jurídica:* imputação de sócios, controladores e administradores. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2020. p. 177.

BOITEUX, Fernando Netto. A desconsideração da personalidade jurídica na Lei de Liberdade Econômica. CUNHA FILHO, Alexandre J. Carneiro da; PICCELLI, Roberto Ricomini; MACIEL, Renata Mota (coord.). *Lei da Liberdade Econômica anotada:* Lei nº 13.874, de 2019. São Paulo: Quartier Latin, 2020, v. 2, p. 158-167.

BRUSCHI, Gilberto Gomes. *Aspectos processuais da desconsideração da personalidade jurídica.* São Paulo: Juarez de Oliveira, 2004. p. 13.

FERRAZ, Fábio. *A desconsideração da personalidade jurídica e os sócios não gestores da sociedade limitada:* atualizado de acordo com a Lei da Liberdade Econômica e Lei do Ambiente de Negócios. São Paulo: Dialética, 2022.

FERRAZ, Fábio. *A empresa individual de responsabilidade limitada (Eireli):* uma análise de sua criação até sua transformação — com as alterações advindas das Leis nº 13.874/19 (Lei da Liberdade Econômica) e nº 14.195/21 (Lei do Ambiente de Negócios). São Paulo: Dialética, 2021.

FERRAZ, Fábio. *A sociedade limitada enquadrada como Startup e a responsabilidade de seus investidores:* uma breve análise sob a ótica da desconsideração da personalidade jurídica. São Paulo: Dialética, 2022.

FRAZÃO, Ana. Lei de Liberdade Econômica e seus impactos sobre a desconsideração da personalidade jurídica. In: SALOMÃO, Luis Felipe; CUEVA, Ricardo Villas Bôas; FRAZÃO, Ana (coord.). *Lei de Liberdade Econômica e seus impactos no direito brasileiro.* São Paulo: Ed. RT, 2020, p. 467-486.

LEONARDO, Rodrigo Xavier; RODRIGUES JR., Otavio Luiz. A desconsideração da pessoa jurídica — alteração do art. 50 do Código Civil: art. 7º. In: MARQUES NETO, Floriano Peixoto; RODRIGUES JR., Otavio Luiz; LEONARDO, Rodrigo Xavier (coord.). *Comentários à Lei da Liberdade Econômica:* Lei 13874/2019. São Paulo: Ed. RT, 2019. *E-book*. ISBN 978-85-5321-937-7. p. RB-18.1.

NEVES, José Roberto de Castro. A desconsideração da personalidade jurídica — o avesso do avesso. In: SALOMÃO, Luis Felipe; CUEVA, Ricardo Villas Bôas; FRAZÃO, Ana (coord.). *Lei de Liberdade Econômica e seus impactos no direito brasileiro.* São Paulo: Ed. RT, 2020, p. 451-466.

PALHARES, Felipe. A aplicação da teoria da desconsideração inversa da personalidade jurídica à luz do ordenamento jurídico brasileiro. *Revista de Direito Civil Contemporâneo*, v. 3, n.2, p. 55-80, 2015.

SANTOS, Silas Silva. Desconsideração da personalidade jurídica: alguns aspectos processuais. In: CUNHA FILHO, Alexandre J. Carneiro da; PICCELLI, Roberto Ricomini; MACIEL, Renata Mota (coord.). *Lei da Liberdade Econômica anotada:* Lei nº 13.874, de 2019. São Paulo: Quartier Latin, 2020, v. 2, p. 210-218.

SERICK, Rolf. *Forma e realtà della persona giuridica.* Milão: Giuffrè, 1966. p. 275.

SPERANDIO, Edson Antonio. *La responsabilidad del socio no administrador en la sociedad de responsabilidad limitada en Argentina.* Belo Horizonte: Dialética, 2020.

TARTUCE, Flávio; OLIVEIRA, Carlos Eduardo Elias de. *Lei da Liberdade Econômica:* diretrizes interpretativas da nova lei e análise detalhada das mudanças no Direito Civil e nos registros públicos — parte 2. GenJurídico. 2019.

Disponível em: http://genjuridico.com.br/2019/09/25/mudancas-no-direito-civil-lle/. Acesso em: 29 abril 2023.

TEPEDINO, Gustavo; CAVALCANTI, Laís. Notas sobre as alterações promovidas pela Lei nº 13.874/2019 nos artigos 50, 113 e 421 do Código Civil. In: SALOMÃO, Luis Felipe; CUEVA, Ricardo Villas Bôas; FRAZÃO, Ana (coord.). *Lei de Liberdade Econômica e seus impactos no direito brasileiro.* São Paulo: Ed. RT, 2020, p. 487-513.

TOMAZETTE, Marlon. *Curso de direito empresarial:* teoria geral e direito societário. 11. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva Educação, 2020, v. 1.

PESQUISA DO EDITORIAL

Área do Direito: Civil

Veja também Doutrina relacionada ao tema

- A desconsideração da personalidade jurídica em face da sistemática da liberdade econômica (Lei 13.874/2019), de Marina Vezzoni e Ana Paula Corrêa Patiño — *RDB* 88/207–224;
- A teoria da desconsideração atributiva no processo e os limites da defesa no incidente de desconsideração da personalidade jurídica, de Clarisse Frechiani Lara Leite e Igor Campos Oliveira — *RePro* 341/19–51;
- Autonomia patrimonial e abuso da personalidade jurídica na Lei da Liberdade Econômica, de Luiz Fernando Casagrande Pereira e Caio César Bueno Schinemann — *RDCC* 33/31–49;
- Direitos de liberdade econômica e a desconsideração da personalidade jurídica: jurimetria dos impactos nas decisões do Tribunal de Justiça de São Paulo, de Uinie Caminha, Gustavo Raposo Pereira Feitosa, Wilson Sales Belchior e Andressa Borges Monteiro Pires — *RDC* 135/397–451; e
- O "novo regime jurídico" da desconsideração da personalidade jurídica na sociedade anônima, estabelecido pela Lei de Liberdade Econômica (aspectos materiais e processuais), de Anselmo Prieto Alvarez e Pablo Francisco dos Santos — *RDB* 89/41–68.

Veja também Jurisprudência relacionada ao tema

- STJ, AgRg no AgIn no REsp 1.740.658, j. 13.11.2018, *DJe* 20.11.2018;
- TJPR, AgIn 0060048-69.2021.8.16.0000, j. 19.03.2022, *DJe* 21.03.2022; e
- TJSP, AgIn 2104756-02.2018.8.26.0000, j. 28.6.2018, *DJe* 10.07.2018.